



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ÍVINA NUNES DOS SANTOS

A RÁDIO PATROA MANDOU AVISAR: COM UM É POUCO COM DOIS NÃO DÁ!

**Problemas do gênero na Assistência Social. Um ponto de vista desde o CRAS Jeremias
de Campina Grande – PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

ÍVINA NUNES DOS SANTOS

A RÁDIO PATROA MANDOU AVISAR: COM UM É POUCO COM DOIS NÃO DÁ!

Problemas do gênero na Assistência Social. Um ponto de vista desde o CRAS Jeremias de Campina Grande – PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como pré-requisito essencial para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof^{fa} Dr^a Jussara Carneiro Costa

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237r Santos, Ívina Nunes dos.

A rádio patroa mandou avisar: com dois não dá! [manuscrito] : problemas do gênero na assistência social. Um ponto de vista desde o CRAS Jeremias de Campina Grande - PB / Ivina Nunes dos Santos. - 2015.

33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Jussara Carneiro Costa, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."

1. Política de assistência social. 2. Diferença de gênero. 3. Violência contra a mulher. 4. CRAS. 5. Violência doméstica.

21. ed. CDD 362.83

IVINA NUNES DOS SANTOS

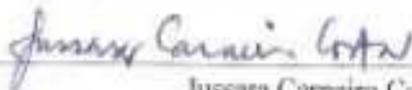
A RÁDIO PATROA MANDOU AVISAR: COM UM É POUCO COM DOIS NÃO DÁ!
Problemas do gênero na Assistência Social. Um ponto de vista desde o CRAS Jeremias de Campina Grande – PB

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como pré-requisito essencial para obtenção do título em Bacharelado em Serviço Social.
Orientadora: Profª Drª Jussara Carneiro Costa

Aprovada em: 09 / 03 / 2015

Nota: 10,0 (DEZ)

BANCA EXAMINADORA



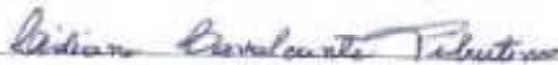
Jussara Carneiro Costa

Feminista e profª. Drª do Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB (Orientadora)



Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro

Pesquisadora e ativista feminista - Mestre em Serviço Social/UFRN (Examinadora)



Lidiane Cavalcanti Tiburtino

Mestre em Serviço Social/UFRN (Examinadora)

CAMPINA GRANDE – PB
2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. POR UM NOVO PONTO DE OBSERVAÇÃO DE MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA.....	12
3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA BIOPOLÍTICA.....	17
4. GÊNERO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	32

A RADIO PATROA MANDOU AVISAR: COM UM É POUCO COM DOIS NÃO DÁ!
Problemas do gênero na Assistência Social. Um ponto de vista desde o CRAS Jeremias de
Campina Grande – PB

Ívina Nunes dos Santos¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar como a compreensão das diferenças de gênero e as conexões com os marcadores de raça e sexualidade repercutem sobre a naturalização da violência contra a mulher, avaliando a efetividade das políticas públicas voltadas para as mulheres e o real posicionamento da Política da Assistência Social nesse contexto. Para tal, fez-se uso do ensaio teórico como metodologia de escrita e para subsidiar as aproximações teóricas. A partir de um resgate dos conceitos social e historicamente construídos acerca dos papéis sociais que cada sujeito ocupa na hierarquia social, foi possível identificar que, ao longo da história da humanidade, os marcadores de raça e gênero sempre permearam a forma como são conduzidas as relações de poder. Baseada nesses pressupostos a medicina do século XVIII formula os conceitos de raça e gênero permeados por um padrão de normalidade europeu, que polariza, de um lado, os homens brancos como raça superior e do outro, mulheres e negrxs como seres abjetos à sociedade. Esse padrão binário e normalizador preponderou nas sociedades disciplinares, vigiando e conduzindo os corpos dos indivíduos, a forma como se relacionam e conduzem suas vidas desde o processo de fertilização até as taxas de mortalidade, passando pelas práticas cotidianas de educação, saúde, higiene, etc. Através de uma aproximação com a biopolítica e os dispositivos disciplinares, foi possível avaliar a Política de Assistência Social como institucionalização desses mecanismos, contribuindo com a vigilância e controle da massa social.

Palavras-chave: Assistência Social. Gênero. Marcadores. Diferença. Dicotomia. Violência contra a mulher. CRAS.

1. INTRODUÇÃO

Os anseios para a construção deste artigo surgiram a partir das minhas experiências como estagiária do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Jeremias de Campina Grande-PB, mais especificamente através do contato com o grupo de convivência de mulheres atuante neste CRAS, denominado de Rádio Patroa. O título do grupo foi escolhido pelas próprias mulheres do bairro que se reúnem periodicamente no CRAS Jeremias em busca de aquisição e troca de conhecimento, assumindo o compromisso de propagar para todo o bairro as informações adquiridas. Decorre daí o sentido de “rádio”, remetendo a uma técnica que

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
E-mail: ivina_nunes@hotmail.com

facilite e agilize a comunicação entre elas e, “patroa”, remetendo a uma apropriação irônica de termos comumente utilizado pelos cônjuges/companheiros para se referirem as mesmas. O Radio Patroa foi criado como espaço em que elas possam conversar e discutir temáticas condizentes com sua realidade sem a presença masculina, colocando em questão suas opiniões, dúvidas e a forma como pensam e se posicionam sobre determinados assuntos. (Diário de Campo, 31/05/2012)

O estágio supervisionado em Serviço Social no CRAS – Jeremias aconteceu durante um ano e meio (2012/2013). Sob supervisão acadêmica da professora e profissional da Assistência Social, somamos um grupo de quatro estudantes, todas em seu primeiro contato com a “prática profissional”. Durante o período, pudemos observar a forma como as demandas chegam ao CRAS, como eram acolhidas e desenvolvidas no processo para possíveis respostas. Assim, ainda que minimamente, vivenciamos algumas das questões e desafios que permeiam o cotidiano profissional. Dado este primeiro momento de aproximação e observação, podemos planejar, e posteriormente, desenvolver um projeto de intervenção. Neste sentido, a nossa intervenção enquanto estagiárias aconteceu, inicialmente, por meio do acompanhamento da dinâmica do CRAS seja na participação com a Assistente Social em visitas domiciliares e em atendimentos individuais e coletivos, seja, no acompanhamento dos encontros da Radio Patroa e, posteriormente, através do projeto “*Intervenção Sociopedagógica no CRAS do Jeremias: a problemática da violência na perspectiva da cidadania*”.

O projeto de intervenção foi desenvolvido por nós estagiárias, sob supervisão e orientação acadêmica, além do acompanhamento da Assistente Social, a partir das necessidades relatadas pelas usuárias do Radio Patroa, que expuseram seus anseios em discutir temas condizentes com sua realidade em um formulário de coleta de dados que aplicamos de forma individual e sigilosa. Para isso, entrevistamos cada uma delas, a fim de traçar o perfil do grupo e verificar como essas mulheres avaliam os serviços oferecidos pelo CRAS, a relevância do grupo de convivência e, por fim, as temáticas que gostariam que trouxéssemos para uma discussão mais ampla com o grupo Radio Patroa. Com base em um levantamento prévio realizado junto às integrantes para coletar informações relativas à idade, escolaridade, renda, moradia, situação familiar/conjugal, dentre outras, construímos um perfil, apuramos as expectativas do grupo em relação ao serviço e à nossa atuação como estagiárias naquele espaço.

De acordo com o Censo SUAS 2014, a cidade de Campina Grande atualmente dispõe de dez CRAS, localizados nos bairros de São José da Mata, Malvinas, Mutirão, Catingueira, Catolé, Ramadinha, Nova Brasília, bairro das Cidades, distrito de Galante e Jeremias.

O bairro do Jeremias compreende, segundo dados do IBGE (censo demográfico de 2010), uma população total de 10.629 habitantes, distribuídos em 5.052 homens e 5.577 mulheres. Do número total de habitantes, há uma incidência maior nas idades entre 15 a 19 anos, com 1.015 pessoas e, entre 20 a 24 anos, com 1.034 pessoas, caracterizando uma população predominantemente juvenil (IBGE, 2010).

O CRAS foi fundado no ano de 2004 no governo de Cozete Barbosa – prefeita petista que exerceu mandato entre os anos de 2002-2005 – tendo sua sede instalada em uma casa localizada na Rua Samuel Simões, nº 393, em frente à Feirinha do Jeremias, na qual, concentra-se o comércio do bairro. É considerado por seus/suas profissionais um ponto estratégico por estar próximo a outras instituições públicas e sociais da localidade como a própria Feirinha, a Sociedade de Amigos do Bairro - SAB, o Clube de Mães, a Unidade de Saúde da Família - USF, e a Cozinha Comunitária.

O CRAS do Jeremias abrange nove bairros próximos além do próprio Jeremias: Araxá, Cuités, Jardim Continental, Monte Santo, Palmeira, Promorá, Bela Vista, Rosa Mística e Alto Branco (apesar deste não ser próximo e ser considerado um bairro de classe média alta). São desenvolvidos na sede do CRAS atividades com grupos em situação de vulnerabilidade, no período da manhã se reúne um grupo de gestantes e à tarde um grupo (Radio Patroa) que abrange mulheres com idade a partir de 18 anos. Nesse turno também se reúne um grupo de crianças de 6 a 12 anos. Os grupos reúnem-se quinzenalmente e realizam discussões pertinentes à realidade local, relatam suas vivências, discutem problemas cotidianos, participam de oficinas, palestras, cursos profissionalizantes, eventos, etc.

A partir desses dados, o projeto foi elaborado e desenvolvido com a finalidade de atender as demandas apontadas pelo grupo Radio Patroa, por meio de atividades pedagógicas que propunham a participação e envolvimento das mulheres na sua realização, uma vez que também foram consultadas quanto ao tipo de abordagem que preferiam: 52,9% das usuárias optaram pela realização de palestras; 35,2% delas propuseram filmes e documentários; 23,52% mencionaram oficinas e 17,64 falaram em grupos de discussão. Como estratégia, criamos o CINE CRAS, uma iniciativa que sensibilizou o público alvo, através da exposição de músicas, filmes e documentários de curta metragem. Para tal, firmamos parcerias institucionais que já tinham domínio sobre os temas abordados.

Foi durante a execução das atividades de intervenção que se delineou o meu interesse pelo tema violência contra a mulher no âmbito da atenção social básica. No momento em que o projeto começou a ser desenvolvido pude ter um contato maior com as usuárias, nos encontros e reuniões formais ou em ocasiões mais descontraídas como o “café da tarde”, quando sentávamos à mesa, profissionais, estagiárias e, às vezes, usuárias, para conversar. Nesses encontros vinham à tona assuntos do cotidiano que geralmente estavam referenciados por problemáticas sociais mais amplas, discutidas e interpretadas de maneira espontânea. Na espontaneidade afloravam as opiniões pessoais, de forma mais nua eram reveladas as posições “reais” de cada sujeito.

Através da observação direta, sistematicamente registrada em diário de campo, vivenciei muitos momentos em que relatos de violência vividos por essas mulheres foram enunciados com a voz embargada pelo medo, em razão das ameaças constantes de seus namorados, cônjuges e da própria família que as condenava à aceitação de sua condição. O desejo de fazer “justiça com as próprias mãos” e, também, a resignação perante a “obrigatoriedade” de viver aquela situação eram alguns dos sentimentos possíveis de serem notados. A inquietação maior veio, contudo, da constatação de que as mulheres com indícios de terem sofrido agressão voltavam para suas casas sem expectativa de resolução para o dilema cotidianamente enfrentado.

A inquietação em relação à experiência do estagio esteve profundamente relacionada ao sentimento de impotência compartilhado por operadoras das políticas sociais e usuárias que esbarram na precariedade de condições para prestação de serviços “garantidos” e preconizados no aparato jurídico legal que constitui tais políticas. Conversas tidas em forma de cochicho, com cuidado para não serem ouvidas, denotavam o medo de se falar sobre violência, de modo especial quando envolvia relacionamentos com alguém “do tráfico”.

Ao longo da experiência de estagio vivenciei várias situações em que o silêncio se interpunha como interjeição para dar força ao sentimento de impotência compartilhado por todas as envolvidas na situação de conversação. Momentos como esses me fizeram questionar a capacidade de resposta da Política de Assistência Social para as demandas apresentadas, já que os CRAS são a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), “unidade estatal que possibilita o acesso a um grande número de famílias, pois está localizado em áreas estratégicas dos municípios onde há mais expressividade de vulnerabilidade e risco social, tendo como atribuição fundamental a oferta dos serviços de atenção social básica” (BRASIL, 2009, p. 09).

A indagação mais óbvia a ser feita a meu ver era sobre a atuação do gênero como marcador de diferença na configuração dos lugares ali delineados, tecendo toda a trama que configura posições ocupadas por cada uma ali presente. Busquei problematizar elementos presentes na sedimentação desses lugares, dentre eles os discursos sobre as diferenças. Que complexidade estaria presente nesse exercício de compartilhar a impotência, a passividade perplexa?

Optei pelo ensaio teórico como metodologia para relatar a experiência vivida no campo de estágio e fundamentar as aproximações teóricas que subsidiaram esse estudo. O ensaio é uma forma de escrita que se diferencia de “padrões” acadêmicos positivistas, pela sua informalidade empírica e científica, quebrando os padrões de controle da linguagem metódica, rompendo com a forma tradicional e retilínea da escrita acadêmica. Segundo Jorge Larrossa Bondia (2003, p. 106), “o que o ensaio faz é colocar as fronteiras em questão. E as fronteiras, como se sabe, são gigantescos mecanismos de exclusão”.

Dessa forma, se destacam potencialidades subversivas do ensaio, o que o coloca como instrumento privilegiado para atender recomendações dos chamados saberes subalternos, um campo em constituição pela articulação do que vem sendo chamado de saberes subalternos (PELUCIO, 2014) ou insurgentes (MISKOLCI, 2014), remetendo-os à definição de Foucault que os toma como um movimento histórico de “insurgência dos saberes sujeitados”, como:

um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder e que foram desqualificados, deslegitimados em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns (PELÚCIO, 2012 p. 401).

Os autores citados acima observam que a emergência desses saberes se relaciona à reivindicação da voz para aquelas e aqueles privados do direito de falar e ser ouvido, mas também, e sobretudo, à soma de esforços para construir outra gramática, outra epistemologia, outras referências alternativas àquelas que aprendemos a ver como “verdadeiras”, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. Chamam a atenção para a necessidade de construirmos nossas próprias ferramentas conceituais teóricas para pensar nossa realidade, sugerindo que esse conjunto articulado de reflexões resulta do diálogo entre teorias feministas, estudos pós-coloniais e com a própria teoria *Queer*, aglutinados nos saberes subalternos.

As críticas feministas atacam, sobretudo, o pressuposto da objetividade positivista, propondo ao invés disso uma ciência posicionada, dando ênfase ao comprometimento político

na produção do conhecimento. Cecília Sardenberg (2006) e Guacira Lopes Louro (1997) enfatizam como uma das principais marcas dos estudos feministas o seu caráter político. Na mesma linha do feminismo, Ramón Grosfoguel (2008), sociólogo porto-riquenho, propõe o abandono de perspectivas em que o lugar epistêmico étnico-racial, sexual e de gênero e o sujeito enunciativo se encontrem desvinculados. O ato de ocultar o sujeito de enunciação tem implicações políticas para Grosfoguel (2008). Ao ocultar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico/racial/sexual e de gênero, gera-se um mito sobre o conhecimento universal verdadeiro que encobre e oculta não só “quem” fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.

Por essa razão os saberes insurgentes reivindicam que o sujeito do conhecimento apareça e anuncie seu lugar de fala, daí a recomendação de uma escrita posicionada, em primeira pessoa, pois o exercício de anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes, aponta Pelúcio (2012).

As reflexões insurgentes reforçam a importância do ensaio como ferramenta teórica e política. Como observa Larossa Bondia (2003, p. 112), sua força reside no fato de que “não possui regras de início, meio e fim, ele começa e termina no meio (...) o ensaísta começa falando do que quer falar, diz o que quer e termina quando sente que chegou ao final e não porque já nada resta a dizer, sem nenhuma pretensão de totalidade”. Além disso, “não procede por indução ou dedução, sua organização segue uma forma orgânica e não mecânica sistematizada (...) o ensaísta é um leitor que escreve, seu meio de trabalho é a leitura e a escrita. É um leitor que escreve e um escritor que lê” (2003, p. 107-108).

Dessa maneira, baseada em uma escrita livre, fruto da observação participante, dos apontamentos das falas das usuárias e profissionais do CRAS/Jeremias e dos grifos e registros sistemáticos, as inquietações tomaram forma na construção deste artigo. Num primeiro momento, faço o exercício de construção de um novo ponto para observação da localização do gênero na política de assistência social. Em seguida, proponho uma genealogia da assistência para facilitar a localização na constituição de uma técnica de controle baseada na biopolítica, exercício necessário para identificar como os discursos de gênero que servem de parâmetro posicionam o feminino e a violência contra a mulher. Chego assim ao terceiro e último ponto no qual problematizo a localização do gênero nas práticas sociais.

O texto foi organizado de maneira a estabelecer um diálogo entre realidade abordada e aquela observada no CRAS Jeremias. Quero deixar claro que, consoante à perspectiva epistemológica que orientou esse trabalho, a experiência apresentada não é tomada como “material de campo” para ser analisado, mas como parte de uma tessitura complexa em que se conformam as questões problematizadas...

2. POR UM NOVO PONTO DE OBSERVAÇÃO DE MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA.

Ao problematizarem a relação entre as dinâmicas de produção do conhecimento e distribuição do poder, os saberes subalternos e insurgentes apontam para a necessidade de problematizar os efeitos de escolhas epistemológicas na materialização de práticas sociais. As análises sobre a relação do gênero nas políticas públicas costumam estar orientadas pela necessidade de avaliar a implementação de princípios como intersetorialidade e transversalidade de gênero e/ou sexualidade na aplicação e execução orçamentária, etc (MELLO E IRINEU, 2009). Raramente se questiona os parâmetros que orientam a compreensão de gênero no âmbito dessas políticas. Por conseguinte, pouco se problematiza a compreensão adotada pelas políticas públicas para pensar as relações de gênero e sua articulação com marcadores da diferença e com o próprio ato de “marcar” a diferença.

Questionamentos como aqueles formulados por Berenice Bento (2006), Leandro Colling (2011) e Thiago Duque (2008) apontam implicações importantes de marcos epistemológicos que guiam o olhar para a realidade na configuração de práticas políticas que mais se coadunam e fortalecem do que propriamente combatem o que enfrentam.

Os saberes insurgentes apontam como historicamente estiveram articulados marcadores de raça, gênero e sexualidade e espécie para legitimação, naturalização e manutenção de mecanismos de dominação. Autoras feministas como Joan Scott (1998), Donna Haraway (1995), Judith Butler (2002; 2003) e Berenice Bento (2006; 2011) têm chamado a atenção para as implicações políticas e éticas de interpretações apoiadas num modelo de pensamento binário baseado epistemologicamente na dicotomia natureza versus cultura, em especial para a maneira como articulam e se apóiam numa dicotomia fixa entre masculino e feminino, gênero e sexualidade, dentre outros pares. Tal dinâmica determina também o modo como se processa a relação entre a produção das identidades e diferenças.

Tomaz Tadeu da Silva (2009) explica que identidade e diferença são inseparáveis e possuem uma estreita relação de dependência, uma vez que identidade se refere ao que se é, e

diferença àquilo que o outro é. Ambas são independentes e auto-suficientes, no entanto a compreensão de uma só faz sentido em relação à outra. “Nessa perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se refere à diferença. Isso reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos” (SILVA, 2009, p. 75).

De acordo com Silva (*idem*, p.76), a identidade e a diferença não são naturalmente dadas, elas são “ativamente produzidas”, são criações linguísticas resultantes de um processo cultural e social, compreendidas dentro de um sistema de significação que lhes atribui sentido. E sua definição está sujeita a relações de força e poder, que criam entre si hierarquias e disputas pois “na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. [...] A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder” (SILVA, 2009, p. 81). Isso significa que através do processo de diferenciação², são demarcadas as fronteiras que hierarquizam e classificam os indivíduos em determinadas posições de inclusão ou exclusão social, sobretudo em uma escala binária, em que os pólos se opõem positiva e negativamente.

A historiadora feminista Nancy Stepan (1994) acredita que as interpretações das distinções e semelhanças entre os sexos e as raças, são ainda mais antigas do que se datam. É como se ao longo do tempo, as explanações que posicionam socialmente masculino/homem e feminino/mulher vestissem uma nova roupagem, mantendo intrínseco em seu interior a dicotomia binária como princípio explicativo. Falando da realidade ocidental, observa que na Grécia Antiga a mulher fora associada por Aristóteles (384 - 322 a.C.) ao escravo, que justificou a analogia pelo argumento de supostas inferioridades “naturais”. A inferioridade de mulheres, escravos e animais tinham em comum o sentido de dependência relacionada à ausência de capacidade de um certo tipo de racionalização ou racionalidade. Já na idade média identificamos a oposição binária entre brancura e negritude associando esta última à feiura, culpa, possessão demoníaca, em contrapartida vê-se a brancura enquanto virtude, beleza, santidade e pureza (STEPAN, 1994).

Com o surgimento da ciência analógica da diferença humana, no século XIX, foram usadas aferições comparativas para gênero, raça e espécie, que segregavam mulheres e negros equiparando-os anatomicamente a animais, como recurso para autenticar sua inferioridade.

² A diferenciação, segundo Silva (2009, p. 81) é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas. Há, entretanto, uma série de outros processos que traduzem essa diferenciação ou que com ela guardam uma estreita relação. São outras tantas marcas da presença do poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós” e “eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”).

Como observa, no século XIX as diferenças sexuais, raciais e de classes foram explicadas com base nas analogias científicas que colocavam no mesmo patamar de inferioridade mulheres, negros e crianças, ascendendo o homem branco e burguês à raça superior.

Destaca-se, dessa maneira, a contribuição da ciência para naturalização das desigualdades associadas a tais sistemas de diferenciação, residindo aí a necessidade de “ampliar os significados ligados às analogias, expandir seus alcances via novas observações e comparações, e dar a elas previsão por meio de vocabulário especializado e novas tecnologias” (STEPAN, 1994, p. 78). Os métodos utilizados para analisar os fatores determinantes da inferioridade feminina consistiam – no aspecto análogo e metafórico da ciência – na medição do crânio, na relação entre o peso do cérebro ao peso do fêmur e na comparação entre os dedos dos pés. Dessa forma:

analogicamente às raças inferiores, a mulher, o desviante sexual, o criminoso, os pobres das cidades e os insanos eram, de um modo ou de outro, considerados “raças à parte”, cujas semelhanças entre si e as diferenças com o homem branco “explicavam” suas posições inferiores e diferentes na hierarquia social (STEPAN, 1994, p. 75)

Por essa razão observa que a ciência instituiu raça e gênero analogicamente como fonte explicativa para a variação humana e suas desigualdades e “a analogia entre raça e gênero era tão fundamental que os modos de interpretação mais importantes das características raciais eram invariavelmente citados para explicar as características sexuais” (STEPAN, 1994, p. 74). Além disso, observa que a metodologia utilizada pela ciência analógica para o estudo das diferenças humanas baseava-se na utilização de “metáforas preestabelecidas, familiares e culturalmente arraigadas que estruturaram a percepção da diferença, criando assim os objetos diferenciados” (*Ibidem*, p. 76). Esse princípio despertou nas pessoas o olhar para as diferenças raciais, sexuais e sociais, assimilando o feminino e o negro às conotações de inferioridade e o homem branco europeu à normalidade e inteligência.

Janaína Damasceno (2008) relata que a maneira como os estereótipos apreendem a função de determinar quem ocupa qual espaço nas hierarquias sociais, emerge no século XVI, com a prática da escravidão e colonização dos povos africanos, e perpetua-se no pós-guerra, quando se produz a (necessária para o contexto) comprovação científica e racional da “inferioridade dos povos não europeus”.

É nesse contexto que são formulados e sacralizados os conceitos de negritude e racismo, articulando as categorias de sexo, raça e gênero, através do discurso médico e científico da “diferenciação do corpo feminino negro pensado como anormal, desviante em

relação ao corpo masculino europeu”. De acordo com Damasceno (2008, p. 8), “a medicina do século dezenove contribui para a construção dessa dicotomia entre os dois extremos da sexualidade, uma vez que foi uma das práticas discursivas que inscreveu o corpo como lugar de significação de diferença”. Através de análises científicas e estudos da anatomia humana, a medicina da época personificou os conceitos de raça e de gênero que perpetuam até hoje.

Num exercício de analisar as inflexões da estrutura epistemológica na organização do poder no ocidente, Michel Foucault (1988) identifica a conformação de três modos históricos de sua organização: o poder soberano, o poder disciplinar e o biopoder. O poder soberano foi a forma tomada durante a “antiguidade”, centralizava-se na figura do “rei” e apoiava-se no “natural” direito de apropriação do tempo, das forças, dos corpos e das vidas, tendo como fundamento o discurso histórico jurídico. Não por acaso ataca as teorias contratualistas e jurisnaturalistas.

Com a industrialização e expansão demográfica europeia entre os séculos XVII e XVIII, o poder soberano modifica sua estratégia de controle e exercício do poder, investindo em tecnologias que funcionam através das diversas disciplinas. Reside aí o poder disciplinar, que, segundo Foucault,

centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Pela metade do século XVIII o poder se descentralizou do corpo-organismo-indivíduo para manifestar-se então através do corpo-espécie-população, administrando os corpos e gerenciando a vida de forma mais calculista ainda, refinando as técnicas de controle no sentido de ampliar o seu alcance, tais como as políticas de controle demográfico que interferem no controle da natalidade, mortalidade; da organização de um sistema público de atendimento de demandas coletivas, através de políticas públicas de saúde, segurança, habitação, imigração; de uma “série de intervenções e controles reguladores” baseada no disciplinamento do corpo e regulação da população como os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1988, P. 131). Para ele, o biopoder viabilizou o desenvolvimento capitalista possibilitando a apropriação produtiva dos corpos, cuja dinâmica populacional fora ajustada para servir aos seus intentos.

De acordo com Foucault, esse novo modo de poder se articula num contexto de pânico racial na Europa, pois os negros haviam se tornado um problema “populacional” com as dinâmicas associadas ao declínio da escravidão africana. A análise que realiza no volume I da História da Sexualidade permite perceber como os discursos voltados ao controle do corpo-espécie, expresso na categoria população, tem como alvo o controle da sexualidade com base em intentos racistas, investimento num certo tipo de construção discursiva acerca dos gêneros [sempre em termos binários] masculino e feminino. Tais arranjos se davam com o objetivo de viabilizar a produção de tecnologias de controle da população e do tipo de indivíduo que se idealizava produzir.

Desse processo surge um novo tipo de racismo, o racismo científico, segundo Foucault (1988). O racismo para o qual aponta o autor encontra sua justificação na associação entre o corpo defeituoso, degenerado, assim definido por sua posição de atraso na escala da evolução. Nesse contexto é acirrada a produção discursiva dos corpos abjetos e saudáveis, materializados nas figuras do “homossexual”, da masturbação infantil, na histeria feminina. Para preservar um ideal de normalidade racial burguesa, se promove grande esforço contra a miscigenação, instituindo-se o estereótipo de que negros – e demais degenerados – possuíam características genéticas inapropriadas à manutenção da raça ideal. No Brasil, Miskolci (2002/2003) observa que muitos médicos e advogados incorporaram as novas teorias numa perspectiva ultraconservadora em que o racismo servia como forma de justificação da forte desigualdade social que caracterizava – e ainda caracteriza – a sociedade brasileira. (MISKOLCI, 2002/2003).

A concepção dessas oposições binárias e excludentes aponta para a “manutenção tanto da ordem social, quanto da ordem simbólica de nossa sociedade”, as diferenças aqui colocadas, induzem à redução e/ou exclusão daqueles considerados diferentes, “anormais” ou aberrações da sociedade. (HALL, 1997 *apud* DAMASCENO, 2008, p. 3).

Para o funcionamento pleno da norma é preciso investir na construção do anormal, na indução ao medo de ser estranho, diferente ou abjeto. Trata-se de uma relação de poder, que naturaliza a condição da diferença como sentença final, como justificativa para o domínio de interesses de alguns em detrimentos de outros, da agressão e do extermínio. Estas atribuições ou interpelações alimentam aquele campo de discurso e poder que orchestra, delimita e sustenta aquilo que pode legitimamente ser descrito como “humano”. Nós vemos isto mais claramente nos exemplos daqueles seres abjetos que não parecem apropriadamente generificados; é sua própria humanidade que se torna questionada. (BUTLER, 2000)

Para a conformação de uma biopolítica das populações se produz a heteronormatividade, que impõe como norma a necessária correspondência entre aparato biológico, identidade de gênero e identidade sexual, prática e desejo sexual. A norma por ela imposta se estende a todo o conjunto da sociedade e não apenas a pessoas “heterossexuais” ou “homossexuais”; está profundamente ligada a todos os mecanismos de racismo e atua de maneira determinante na organização das estruturas econômicas.

Butler (2000, p. 111) afirma que a formação de um sujeito está conectada a uma identificação com as normas que regulam o sexo e que elas trabalham de uma maneira “performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”. As normas regulatórias do sexo, neste caso, são como construções que indicam o sexo ideal que deve habitar cada corpo, causando repúdio e abjeção ao sujeito que assumir um sentido contrário ao padrão estabelecido. Judith Butler (2000) observa que os sujeitos são construídos “pela força da exclusão e da abjeção”, a força que permite conceber a construção de algumas identidades negando outras, admitindo dessa maneira a perpetuação do discurso binário do sexo e das relações socialmente estabelecidas entre os mesmos, homem/mulher, dominante/dominada (o).

Neste sentido, observando que de acordo com a analítica foucaultiana os processos de dominação passam pelo controle da população, por meio da heteronormatividade; se dentre esses mecanismos de controle se encontra o aparato institucional que confere materialidade às políticas públicas³, caberia então indagar: como tais técnicas reverberam no cotidiano e ainda como estão sendo problematizadas pelas concepções de gênero e demais marcadores da diferença adotadas como inspiração para tais políticas, mais especificamente no âmbito da assistência social? Para dialogar com as questões, organizei para a próxima seção uma genealogia das políticas dialogando com questões propostas, como veremos a seguir.

3. A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO EXPRESSÃO DA BIOPOLÍTICA

Como vimos, as medidas de controle sempre foram voltadas para finalidades econômicas. As medições utilizadas pelos eugenistas eram manipuladas conforme o fim

³ Como observa Silvana Tótora (2011), a biopolítica é uma tecnologia de poder que se dirige ao homem vivo, como espécie. As programações das ações governamentais visam a controlar os processos de nascimento, vida e morte de uma massa global. A biopolítica, segundo Foucault, tem como alvo a população como um problema político e científico, isto é, um problema de relações de poder inseparável dos aspectos biológicos da vida humana (TÓTORA, 2011, p.85)

desejado: justificar a inferioridade das raças “inferiores”, silenciando-se as recorrentes descobertas de semelhanças entre homens brancos e símios. A eugenia tinha um interesse específico por determinadas parcelas da população humana, “os cientistas selecionaram exatamente aqueles pontos de comparação que poderiam mostrar a proximidade entre as raças inferiores e as mulheres e outros grupos ‘inferiores’, como símios antropóides ou crianças, do que a proximidade com o homem branco (STEPAN, 1994, p.87).

Silvana Tótora (2011) destaca que esse processo é feito mediante a utilização de técnicas que articulam mecanismos disciplinares e de segurança, através da normalização, de maneira que as disciplinas definem uma norma que servirá para distinguir o normal e o anormal, regulando de forma vigiada a vida do indivíduo, modificando e classificando de acordo com seus objetivos. Uma vez identificada, os dispositivos de segurança buscam aproximar à normalidade o “fator desfavorável”, sua estratégia é a “gestão dos riscos”.

Para a autora, são os dispositivos e as normas de controle que hierarquizam os indivíduos em uma sociedade, regulando sua trajetória desde taxas de natalidade, expectativa de vida e mortalidade, aos costumes: higiene, saúde e os meios de sociabilidade. Nesse sentido, afirma que “os dispositivos disciplinares classificam e hierarquizam os indivíduos, como uma vertente obscura do governo representativo de direitos que classificam os sujeitos de direito segundo normas igualitárias universais” (*Ibidem*, p. 86).

Para Sylvio Gadelha (2013), os mecanismos disciplinares atuam de forma articulada, em rede, a partir de mecanismos estratégicos, esquematizando dispositivos que cobrem toda uma massa populacional. Ele diz que:

Da família à escola, desta ao quartel, dos hospitais aos reformatórios de “menores”, das fábricas aos manicômios, mas também dos saberes das disciplinas clínicas às práticas de aplicação do Direito, dos saberes da epistemologia aos procedimentos que orientam a administração pública, dos saberes das ciências humanas às práticas que se incubem da educação e da formação para o trabalho, tudo isso é trespassado ao mesmo tempo pelo que Foucault chamou de dispositivo disciplinar. (GADELHA, 2013, p. 36)

Os autores são inspirados nas provocações de Foucault (1988) que observa que entre 1974 e 1979 o problema da biopolítica se delineou assumindo diferentes contornos e maior complexidade a partir de múltiplas implicações entre sexualidade, o controle do corpo organismo e o controle do corpo espécie da população. A relação entre esses fatores e a arte de governar, particularmente no âmbito do liberalismo e neoliberalismo ocupam lugar central na produção foucaultiana do período.

Ainda de acordo com Gadelha (2013, p. 48-49) o princípio da vigilância consiste em obter maior panorama dos indivíduos e conseqüentemente um controle mais efetivo sobre seus corpos, organizado em unidades que permitiam lhes vigiar de perto, sem que haja percepção do controle, tais como: “hospitais, prisões, manicômios, escolas, academias militares, fábricas” e etc.

Silvana Tótora (2011, p. 87-90) lembra que a liberdade, nesse sentido, também é uma unidade de controle e vigilância. Para ela, a liberdade liberal é “uma exigência da própria governamentalidade, pois só se pode governar bem se algumas liberdades forem respeitadas”. Ela explica que liberal é um termo usado por Foucault para caracterizar um tipo de governamentalidade que tem por excelência o consumo de liberdades de natureza econômica, civil e política, que sejam produzidas e vigiadas constantemente.

A noção de liberdade como exigência dos mecanismos de controle é substituída pela noção de capital humano, a partir do modelo neoliberal – forma de governo mais rigoroso no exercício do poder baseado em uma lógica de economia de mercado. É nesse contexto que surge a noção de capital humano, através da qual o privilégio à análise de custos econômicos e produção de renda invade todas as demais esferas, sociais e políticas. “Nela o/a trabalhador/a é recolocado para o sistema como problema relacionado ao crescimento” (TÓTORA, 2011, p. 89). Resulta daí a preocupação em formar e melhorar o capital através de investimentos na educação escolar, na saúde, na mobilização dos afetos e em todos os tipos de relação estabelecidas; em desenvolver técnicas de inovação para descobrir e implementar novas formas de produtividade.

De acordo com Tótora (2011, p. 93-94), uma nova estratégia de poder sobre os corpos dos indivíduos e das populações é afirmada na governamentalidade neoliberal, a aplicação da genética para prever ou mesmo prevenir que os riscos possam afligir a vida útil do capital humano. É preciso investir para que o indivíduo seja rentável ao capitalismo, ao passo em que satisfaz seus interesses próprios. A autora diz que:

Não somente do equipamento genético, inato, se constitui o capital humano, mas de elementos adquiridos, provindos de investimentos educacionais. Esses investimentos, como dito, não provêm somente da escolarização ou aprendizado profissional, mas abrange todo o ambiente familiar de formação desde a infância. Os pais devem investir nos filhos para a produção do capital humano, tais como, produzir estímulos a uma determinada forma de vida, criar um ambiente psicológico favorável, cuidados médicos relativos à promoção da saúde.

Tótorá (2011, p. 35) menciona também que são com esses propósitos que são formuladas as políticas sociais, econômicas, educacionais e culturais. Todo o corpo social é incorporado em uma lógica econômica.

A organização da assistência social no Brasil se dá concomitante à organização de uma biopolítica no país com a criação/idealização de um padrão feminino necessário ao “bom funcionamento” social, pelo qual se estabelece o direito de estudar e trabalhar das mulheres, bem como o tipo de profissão onde atuar. Tais processos são concomitantes e estreitamente ligados à constituição da identidade nacional, como podemos ver nas análises de Miskolci (2012) e Margareth Rago (2006). Ambos nos mostram de maneira precisa como a identidade nacional se apoia em ideias androcentricas, racistas, especistas e heteronormativas.

Na análise de Ana Paula Vosne Martins (2011) vemos que as primeiras atividades de assistência foram pensadas por grupos privados em países europeus industrializados, que indagavam o papel do Estado diante do enfrentamento aos problemas que abalavam a questão moral e política da sociedade, tais como a situação de extrema miséria e os altos índices de mortalidade infantil. Recaía sobre as mulheres, a acusação de serem as responsáveis por estes infortúnios, pois deveriam estar recolhidas ao ambiente doméstico, amamentando e cuidando dos valores morais dos filhos e da família, e não trabalhando nas indústrias, abrangendo uma vida pública, pois essa posição cabia apenas aos homens, chefes da família. Por isso, as primeiras medidas assistenciais foram direcionadas a mulheres e crianças mais necessitadas, com o intuito de “garantir a presença da mulher do trabalhador no lar”. Tratava-se de atividades executadas por mulheres da alta sociedade, envolvidas com a caridade e a filantropia, consideradas mais adequadas a desempenhar esta função, já que possuíam uma “moralidade mais desenvolvida”, característica da maternidade e da sensibilidade “naturalmente” inerentes à mulher.

O Brasil não se distancia desse modelo cristão de assistência, que retalha a vida da mulher ao âmbito privado dos cuidados à família e assistência aos mais necessitados. Assim, no final do século dezanove, foram elaboradas as primeiras ações assistenciais, por intermédio de um grupo privado, formado por médicos e mulheres de classes abastadas, que passaram a exclamar que a pobreza e os problemas sociais deveriam tomar o olhar das autoridades para se organizar uma assistência pública. E no início do século vinte, “aquele modelo moral dos cuidados articula-se com um novo modelo racionalista e público que começava e se organizava no Brasil, denominado na época de filantropia” (MARTINS, 2011, p. 31). Neste ensejo, várias instituições e associações de cunho filantrópico são criadas para prestar assistência a mães e crianças mais carentes.

Cristiane de Barros Pereira (2007, p. 33) lembra que é através do processo de desenvolvimento industrial e crescimento desenfreado da população urbana, em meados de 1930, que o Estado toma suas providências de controle social e passa a prover aos mais necessitados “condições de reprodução: alimentação, moradia, saúde, ampliando as bases do reconhecimento da cidadania social, através de uma legislação social e salarial”. No entanto, a intenção aqui colocada é reiterar a massa trabalhadora às rédeas do Estado, no sentido de aumentar o controle sobre a classe e facilitar sua manipulação.

Para tanto, tornou-se necessária a criação de profissões e instituições que apresentassem a face “cuidadora” do Estado. Surge, assim, o Serviço Social, como instrumento de controle social e apaziguador dos conflitos entre grupos sociais distintos. As instituições sociais de assistência também funcionavam como aparelho de “controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção tanto por seus efeitos econômicos, quanto pela absorção dos conflitos sociais e das relações sociais vigentes” (PEREIRA, 2007, p. 33)

De acordo com Ivanete Boschetti Ferreira (1998, p. 4), a Assistência Social foi constituída historicamente de maneira restritiva, direcionada aos mais “vulneráveis ou incapazes de exercer uma atividade produtiva”, identificada como uma política compensatória, “focalizada em categorias bem específicas: crianças, idosos, deficientes e gestantes”. Nessa perspectiva, a Assistência Social funcionava como mero instrumento de manutenção da ordem, reparando os problemas mais imediatos oriundos dos mais necessitados, estigmatizando sua posição de desvalido.

Os grupos e indivíduos objetos dos cuidados são definidos pelos benemerentes a partir de suas necessidades, graus de vulnerabilidade e dificuldade em se manter por conta própria. Contudo, essas definições não são dadas, ou seja, os parâmetros ou os critérios da alteridade não são estabelecidos pela necessidade ou pelo acidente das circunstâncias (por exemplo, secas, fomes, perda de emprego e renda, guerras), mas sim por ideias e valores historicamente construídos a respeito do outro. Tais ideias e valores expressam ideologias de gênero, classe e raça; portanto, a organização do trabalho assistencial e a atribuição de quem é ou não merecedor de cuidados se dá a partir desses lugares de poder (MARTINS, 2011, p. 32)

Como a caridade e o cuidado foram associados histórica e culturalmente à “virtude feminina”, as atividades e profissões de assistência foram conduzidas predominantemente por mulheres da classe burguesa, direcionadas a mulheres pobres, como presença paternal do Estado. Assim foi construída a política de assistência do Brasil, baseada em um modelo familiar heteronormativo no qual a mulher contribui com suas especificidades “naturais” e o

Estado através do cuidado social constitui-se como representante da “figura paterna que protege e garante aos seus filhos a segurança e as condições de existência e as mulheres são chamadas a exercer um papel nesse arranjo político, pois o Estado familiar deveria ser transformado pelas qualidades femininas” (MARTINS, 2011, p. 32). As demandas sociais foram administradas de maneira paternalista, sem grandes mudanças durante as décadas seguintes, consoante Pereira (2007), adotando influências de políticas desenvolvimentistas e modernizadoras, a fim de manter um controle maior sobre a sociedade.

No entanto, em meados da década de 1980, uma série de acontecimentos econômicos, políticos e sociais favoreceram o processo de redemocratização do Brasil e reformulação dos projetos econômicos e das políticas públicas com vistas ao desenvolvimento do país, até então marcado pela ditadura militar e pelos altos índices de inflação, acompanhados da crise da dívida externa, e por consequência da concentração de riqueza e desigualdade social (MARANGONI, 2012). Existem autores que consideram a década de oitenta como os “anos perdidos”, todavia, há os que defendem que foram tempos difíceis para a economia, mas também de conquistas sociopolíticas das mais importantes para a população brasileira.

A partir da década de 1980 cresce na população brasileira a percepção de que os problemas oriundos da pobreza e desigualdade social deveriam ser conduzidos sob responsabilidade do Estado e não mais a mercê da caridade e filantropia que solucionava tais problemas de forma emergencial e paliativa. Surge, nesse momento, a necessidade de se articular um “modelo de assistência pública”, racionalizado, executado e fiscalizado pelo Estado, como aponta Martins (2011).

Nesse contexto de renovação democrática, em 1988 é promulgada a Constituição Federal, através da qual foram instituídas leis e diretrizes para a gestão de políticas públicas, legitimando também um novo modelo de proteção social para os brasileiros, que a partir de então terão acesso aos meios de subsistência por meio do Estado. Trata-se da Seguridade Social, um sistema de proteção social que “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2012, p. 115).

A CF-88 deixou para trás o caráter provisório e assistencialista que marcavam a falta de controle social, a descentralização das atividades e a falta de planejamento orçamentário, trazendo garantia e legitimidade às políticas públicas, que passaram a ser asseguradas ao cidadão através do Estado. De acordo com Ferreira (1998, p. 01):

a importância dessa inclusão reside principalmente no fato que a associação assistência-previdência (seguro) social conduz a repensar a recomposição destas políticas sociais sob novas bases. É uma outra filosofia que está na origem do conceito de seguridade social. Este introduz o espírito de uma forma de proteção social que associa ao mesmo tempo universalidade e seletividade, na qual a assistência é, a partir de agora, uma componente intrínseca e indispensável.

É importante destacar a relevância que a CF-88 teve para a política da Assistência Social – em específico – anteriormente caracterizada pelo espontaneísmo por parte do Estado, “sempre considerada como uma ajuda provisória para suprir as ‘dificuldades individuais’ das populações pobres, em geral aquelas consideradas como incapazes para manter a própria sobrevivência” (FERREIRA, 1998, p. 2). Somente após a Carta Magna, a Assistência Social assume o caráter político de dever do estado e direito do cidadão e passa a integrar o tripé da Seguridade Social.

Os benefícios, serviços, programas e projetos da Assistência Social são selecionados e difundidos conforme as determinações do Sistema Único de Assistência Social e a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, ambos foram deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social em dezembro de 2003, que também desencadeou a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004. A NOB/SUAS, regulamentada em 2005, e a PNAS/2004 são mecanismos que respaldam os princípios e as diretrizes indicados na Lei 8.742/93 (LOAS).

Uma das atribuições do Sistema Único de Assistência Social é organizar as ações da política de proteção social em dois níveis: proteção social básica e proteção social especial, de média e alta complexidade. A proteção social básica é destinada aos indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social, em privação total ou parcial de seus direitos e do convívio familiar ou comunitário. Tem caráter preventivo e, segundo a PNAS/2004 (BRASIL, 2004, p. 33), deve “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”.

Portanto, os serviços ofertados pela proteção social básica devem estar articulados a outras políticas setoriais, formando uma rede socioassistencial⁴, com a finalidade de evitar situações de vulnerabilidade e risco social à população local. Ainda de acordo com a PNAS (2004), os serviços de proteção social básica devem ser executados de forma direta nos Centro

⁴ Segundo a NOB/SUAS 2005, entende-se por rede socioassistencial um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade.

de Referência da Assistência Social – CRAS e nas demais unidades básicas e públicas de assistência social.

Os CRAS configuram a porta de entrada do sistema, pois estão estrategicamente localizados nas áreas de vulnerabilidade e risco social, sendo parte fundamental da gestão municipal da política de assistência, pois “enquanto equipamento público e estatal estratégico deve, assim, garantir a gratuidade, a continuidade dos serviços e o investimento permanente” (BRAGA, 2011, p. 148). Além disso, devem cumprir com suas determinações levando em consideração as singularidades de cada situação e o contexto no qual acontecem, para assim apresentarem condições objetivas de enfrentamento às atribuições. Também é responsabilidade exclusiva do CRAS a execução do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que estabelece um trabalho de acompanhamento contínuo às famílias, prevenindo a ruptura dos vínculos, viabilizando o acesso aos direitos de cidadania e a oportunidades de melhores condições de vida.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS considera que as ações do PAIF devem ser desenvolvidas junto às famílias, analisando suas origens e significados, contribuindo para as possibilidades de enfrentamento das situações de risco, colaborando dessa maneira para uma proteção de forma integral.

A proteção social especial está voltada ao atendimento socioassistencial de sujeitos e famílias que já estão com vínculos sociais rompidos, em situação de risco pessoal e social, com direitos violados e que se encontram à margem da sociedade, em situação de exclusão social⁵. Os serviços oferecidos pela proteção especial são de caráter protetivo e de reinserção aos laços familiares e ao convívio em comunidade, por isso exigem “acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada” (PNAS; NOB/SUAS, 2005, p. 37).

É importante ressaltar que o cumprimento das determinações que legitimaram a Assistência como política pública, só se tornou vigente a partir da promulgação da Lei nº 8.742 em 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS) que estabelece princípios, diretrizes, normas e critérios para a organização da Assistência Social, criando condições objetivas para a efetivação da mesma. A LOAS consente à assistência o princípio de universalidade dos direitos sociais, sua integração a outras políticas setoriais e a

⁵ O termo exclusão social [...] diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indigência, que são situações, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço. (BRASIL, 2004, p. 36)

descentralização político-administrativa, entre as três esferas de governo, deliberando as competências de cada uma no que diz respeito à concessão de benefícios, ao financiamento dos serviços ofertados e ao controle social, nas decisões e formulações dessa política (BRASIL, 2009).

Porém, é preciso considerar que, apesar das lutas intensas, as conquistas jurídicas ainda não se materializam em mudanças substanciais na vida de usuários/as, especialmente quando essas demandas são demarcadas por fatores de gênero, raça, sexualidade, etc. Em contraponto às expectativas, as nossas vivências no Centro de Referência de Assistência Social do bairro Jeremias me fizeram atentar para o vínculo entre violência doméstica e marcadores de classe, raça e gênero, já que atinge majoritariamente, mulheres pobres e negras.

Nas vivências no CRAS nos deparamos com situações de violência que retornaram várias vezes ao serviço sem solução. Muitos são os fatores que contribuíram para a não concretização da demanda: burocracia no atendimento, falta de amparo material e jurídico-político, dificuldade de articulação da rede de atendimento à mulher vítima de violência, bem como, falta de tempo ou de preparação das profissionais para resolver tantos casos que adentram no Centro de Referência. O entusiasmo participacionista que mobilizou e multiplicou energias na construção das políticas não produziu efeitos mais alentadores para as mulheres do CRAS Jeremias, como de tantas outras.

De acordo com Tótorá (2006), a governamentalidade neoliberal e seus regimes de verificação, os dispositivos de segurança, disciplinamento e normalização instauram uma programação aberta às “diferenças” de indivíduos e “práticas minoritárias”, abrigadas sob a defesa da diversidade, emprego atenuado do termo desigualdade. Todos/as são convocados à participação, pois os mecanismos de participação política direta dos/as cidadãos/ãs configuram-se como nova tecnologia de governo. Tal estratégia integra os dispositivos de controle que, por sua vez, segmentam e diferenciam a massa populacional por público de consumidores de bens materiais e imateriais – tais como conhecimento, informação, comunicação e relações afetivas – e por pertencimento identitário, recurso usado para incentivar a competição entre os indivíduos.

Ao mesmo tempo, todos/as são convocados/as à participação contínua, pois todos/as são responsáveis pelo sucesso ou fracasso de um governo. Os conselhos de gestão de políticas públicas são os novos espaços políticos-institucionais de participação. À massificação do

sufrágio universal vem somar-se a participação contínua de segmentos nos diversos conselhos para fazer valer direitos das chamadas minorias (TÓTORA, 2006).

O contexto em que se deu a luta para assegurar os direitos reivindicados foi marcado por um profundo otimismo anunciado com a (re)democratização. Diluída na retórica do direito à participação, de uma ponta a outra do globo terrestre, medidas de ajustes fiscais e econômicos atacaram a autonomia das mulheres. Políticas sociais como a educação, saúde e assistência social passaram a reforçar a identidade maternal e cuidadora das mulheres, reforçando a divisão sexual do trabalho para gerar economias ao Estado e empresários. Chego assim ao terceiro ponto do trabalho no qual problematizo a localização do gênero nas práticas assistenciais e como estas reverberam no cotidiano das mulheres.

4. GÊNERO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apresentar implicações para a configuração de arranjos de gênero no âmbito da política de assistência social decorre da necessidade de problematizar as implicações dos aportes epistemológicos utilizados para embasar a elaboração de políticas de gênero reivindicadas pelas próprias mulheres.

A principal crítica lançada à incorporação do gênero reside no enfoque “familista” que a orienta. O Art. 2º da LOAS, em seu parágrafo I, descreve um de seus objetivos – que sintetiza os demais: “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice” (BRASIL, 2009, p. 06). São grupos caracterizados pela política como os mais necessitados de sua atenção e todos eles estão interligados ao seio familiar. Dessa maneira, a família passa a ocupar uma posição central na condução da política, compreendida pela PNAS (2005, p. 41) como “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida”.

Como lembra Solange Maria Teixeira (2009, p. 257), a matricialidade familiar indicada pela política de Assistência Social é uma forma de organizar os serviços ofertados, e superar a fragmentação no atendimento aos seus usuários “levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros”. Observa, no entanto, que pensar a condução da Assistência Social sob uma ótica centralizada na família induz a um campo contraditório e nebuloso, no qual podem ser reafirmados modelos e padrões conservadores, aqueles que através de determinações

biológicas definem as posições sociais que cada sujeito ocupa e as funções que cada um deles desempenha na sociedade nos âmbitos privado e público.

Teixeira (2009) questiona a contradição presente na matricialidade familiar. Ora, se a Assistência Social se configura como política de proteção, deveria proteger a família e não fornecer meios para que ela proteja seus membros. Além disso, esse princípio não autonomiza o sujeito e a família, ao contrário, os tornam mais dependentes, reforçando os papéis tradicionais da família, aumentando suas responsabilidades como condição para ter acesso a benefícios e programas sociais, sobretudo as atribuições da mulher, encarregada de cuidar, educar e organizar a estrutura familiar.

Ainda de acordo com Teixeira (2009, p. 260), a política de proteção social no Brasil avigora as funções tradicionais da família de cuidado e proteção, e a culpa pelos problemas que atingem seus membros, causados pela estrutura sócio-econômica “que merecem atenção pública, pois retorná-los para o âmbito familiar é um processo de privatização do enfrentamento das refrações da questão social”. Portanto, uma vez que não cria condições de reprodução social, mas as naturaliza, a proteção social da Assistência Social potencializa a hierarquização das relações sociais e sexuais, por exemplo, a assimetria entre os papéis desempenhados por homens e mulheres dentro e fora do núcleo familiar.

A principal crítica à matricialidade familiar da Política Nacional de Assistência Social de 2004 e NOB/SUAS, segundo Cássia Maria Carloto e Silvana Mariano (2008, p. 155), é ao “enfoque familista” e à centralidade não somente na família, mas essencialmente uma centralidade na “mulher-mãe”, que consiste na manutenção das funções e papéis socialmente construídos e determinados, principalmente na sobrecarga de responsabilidades atribuídas a esta “mulher-mãe” como critério para a inserção e permanência da família nos serviços e programas ofertados pela política de Assistência. As autoras observam:

A centralizada na mulher-mãe reforça estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de boa cuidadora no âmbito privado/doméstico. É o que se espera dela, que seja uma “boa mulher”, merecendo ser castigada quando não cumpre o que lhe é destinado socialmente. (CARLOTO e MARIANO, 2008, p. 161)

Nesse contexto político, compreende-se que a mulher, em decorrência de suas atribuições “naturais” – boa mãe, esposa e educadora, é também uma boa administradora dos recursos e benefícios sociais, pois, ao contrário dos homens, as mulheres pensam antes de qualquer outra coisa, antes até de si mesmas, em melhorar a condição de vida da família, nos

filhos, na alimentação, vestuário, material escolar, material de construção, pensa sempre na família e no lar (CARLOTO e MARIANO, 2008). Todas estas tênues qualidades femininas são extensivas à sociedade, e à mulher cabe a responsabilidade moral de harmonizar e minimizar as expressões da questão social.

Gláucia Russo, Mirla Cisne e Tatiana Brettas (2008, p. 142, 153-154) observam que “na figura feminina está centrado um culto moralizante e opressor que constrói uma ideologia de ‘missão sagrada’ das mulheres, no sentido de responsabilizá-las pelo ‘equilíbrio’ familiar e social, por conseguinte”. Sobre ela recai a responsabilidade de racionalizar o recurso financeiro e obedecer aos critérios dos benefícios sociais destinados às famílias, a fim de contribuir com a ampliação da circulação de renda na economia local. Quando esse processo é bem-sucedido, os louros são atribuídos ao homem, ao chefe de família, ocorrendo o contrário, a mulher é “culpada” cabendo-lhe a responsabilidade de “consertar as coisas”.

As análises empreendidas trazem elementos empíricos importantes para atestar o não cumprimento de direitos juridicamente assegurados. Entretanto, por estarem apoiadas numa visão dualista e dicotômica acabam enredadas nas armadilhas da heteronormatividade, contribuindo para consolidar um imaginário que reforça a vitimização feminina, como aponta Grin Debert e Filomena Grigori (2008).

As análises ancoradas em epistemologias dualistas possuem um alcance limitado. Permitem construir indicadores para mensurar desigualdades, mas não completa o exercício de desconstrução da fixidez de marcações dicotômicas de gênero. Não conseguindo, por exemplo, reposicionar a “mulher” na fixidez da condição de vítima. Na experiência do CRAS Jeremias, entre alguns dos casos sem “resolução” que presenciei, destaco um, em que uma adolescente procurou o CRAS após sofrer violência doméstica e ameaças do companheiro (um traficante local), junto com sua mãe, amedrontada e cansada. A jovem buscava informações e solução definitiva para o seu problema, no entanto, não obteve respostas ou encaminhamentos para o caso. Além da morosidade do serviço, decorrente de processos burocráticos “naturais”, a ausência de equipamentos básicos necessários à execução tornava inviável um “atendimento” amplo. O quadro também se completa com o receio da equipe técnica perante o risco e desproteção no local de trabalho visto que o agressor é um traficante.

No final, os casos são arquivados na memória da equipe profissional e as usuárias passam a frequentar o grupo de convivência Radio Patroa para ter a oportunidade de conversar. A ausência dos “suportes” demandados pelas usuárias era seguida (ou substituída) por aconselhamentos solidários que orientavam a “ter fé”, “rezar”, enfim, torcer para uma mudança de comportamento dos homens que as ameaçavam. A atenção prestada pelo serviço

acaba por resumir-se a uma escuta silenciosa e o CRAS um espaço que realiza um tipo de acolhimento que não é aquele preconizado no aparato jurídico-legal que o constitui.

Em certa ocasião, uma das participantes mais ativas do Radio Patroa relatou sua experiência de violência doméstica com o marido. Casada muito cedo, ela começou a sofrer pequenos atos de violência, quando este começou a interferir no tamanho da roupa e no tipo de maquiagem que usava, além de impedi-la de sair de casa até para visitar parentes próximos. Mesmo após relutar, ela teve que ceder e aceitar as exigências do marido, indo visitar sua mãe somente quando ele permitia. O cerceamento da liberdade foi completado por agressões físicas, o que a teria levado a tentar retornar para a casa da mãe, porém, sem sucesso, pois esta lhe recomendara resignar-se à condição de “mulher casada”.

A partir de outros relatos, também podemos perceber como era complexa a relação de submissão das mulheres diante dos desejos do pai, companheiro ou cônjuge. Algumas mulheres relataram como os homens queriam limitar suas vidas e como as impediram de estudar, de trabalhar, de sair ou de conviver com amigas(os). Perante as conversas e discussões, podemos perceber que algumas mulheres tinham aceitado as “pequenas violências” e privações por parte destes homens e, assim, consentiam a sua condição de subserviência diante de suas relações. Podemos perceber, ainda, que havia mulheres dentro do grupo que sofriam violência física e psicológica cotidianamente, mas não conversavam muito sobre a questão e não demonstravam desejo de denunciar os parceiros.

O aporte dicotômico também reverbera na forma como se dá a articulação entre marcadores de raça, sexualidade, gênero e geração. De acordo com o Mapa da Violência (2014, p. 105), a vitimização homicida no Brasil é essencialmente masculina, ponderando que a feminina representa apenas 8% do total. No entanto, este índice apresenta características singulares, considerando que em 2013 4,5 mil mulheres foram assassinadas, e entre os anos de 1980 e 2011, 96.612 mulheres foram vítimas de homicídio, contextualizando um aumento impactante no índice de homicídios femininos, com 17,2% a cada década, enquanto o índice de homicídios masculinos totaliza um crescimento de 8,1% no mesmo período. Nos estados da Bahia e da Paraíba, o número de homicídios de mulheres mais que triplica nesse mesmo período. Os dados revelam que a Paraíba ocupa o 4º lugar no ranking do índice de homicídios femininos, com 7,3 assassinatos por 100 mil mulheres. As menores taxas (Piauí, Santa Catarina e São Paulo) não chegam a 3 assassinatos por 100 mil. A Paraíba sobe para o 3º lugar quando a análise é voltada para o público jovem de 14 a 29 anos de idade, somando 13,6 homicídios por 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2014).

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, em 2011, registrou no Brasil o atendimento de 70.285 mulheres no Sistema Único de Saúde (SUS), vítimas de violência física e/ou sexual. Constatou-se que 71,8% dos casos aconteceram no ambiente doméstico e 15,6% em vias públicas. Os registros apontam também que o agressor é, na maioria das vezes, a figura masculina mais próxima da mulher: os pais são os agressores quase exclusivos dos primeiros anos de vida até a adolescência; depois os parceiros ou ex-parceiros vão ocupando o legado da agressão contra a mulher, e a partir dos 60 anos de idade os filhos se destacam como os agressores (WAISELFISZ, 2012). Esses dados certificam que os índices de violência contra a mulher no país ainda são alarmantes e necessitam de uma resposta do Estado e da sociedade contra a permanência dessa instrução dúbia que os corpos recebem, a partir do sexo que carregam, e que determina, entre tantas outras coisas, quem bate e quem apanha nessa vida.

Há muito em comum entre as mulheres do grupo “Radio Patroa” e aquelas apresentadas na amostragem nacional. Pudemos constatar, de acordo com a coleta de dados realizada durante a execução do projeto de intervenção, que 70,6% delas são residentes do bairro do Jeremias e apresentam uma maior incidência na faixa etária de 26 a 35 anos (35,3%). Identificamos também que 58,8% são casadas e convivem maritalmente, sendo “donas de casa” sem ocupação geradora de renda. A renda familiar mensal é de até dois salários mínimos, na maioria das vezes, assegurada apenas por um membro, em geral, o cônjuge (64,7%). Em relação à escolaridade, 70,6% não concluíram ou cursaram apenas o ensino fundamental (1º ao 9º ano do ensino fundamental). Além disso, constatamos um maior interesse das mulheres em debater as temáticas: violência doméstica (47,5%), uso de drogas (47,5%), cidadania e direitos (41,17%).

Os dados apontam para uma análise do quadro que se forma quanto à pobreza, se olharmos os indicadores que apontam que mais da metade das mulheres não tem ocupação geradora de renda, sugeriríamos que a pobreza é feminina.

Guacira Lopes Louro (1997) aponta a limitação de uma abordagem dicotômica entre os sexos para explicar as hierarquias das relações sociais. Para ela, discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Conforme observa:

ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros”. (LOURO, 1997, p. 24)

De acordo com Louro (1997), entende-se gênero como a identidade social que o indivíduo assume para si, diferentemente da identidade sexual, que se refere à forma pela qual estes mesmos indivíduos vivem sua sexualidade. Ambas, identidade sexual e de gênero, são construções sócio-históricas, não são dadas e nem imutáveis, sendo assim passivas a transformações e reconstruções. Aqui, a construção não é entendida como um ato isolado ou “um processo causal iniciado por um sujeito, culminando em um conjunto de efeitos fixos. A construção não apenas ocorre no tempo, mas é, ela própria, um processo temporal que atua através da reiteração de normas” (BUTLER, 2000, p. 118). Além disso, as identidades de gênero e sexual devem ser consideradas de acordo com seu processo interno e suas condições de emergência.

Ainda de acordo com Louro (1997, p. 31), “usualmente se concebem homem e mulher como pólos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão” marcada pela superioridade do primeiro componente. A ruptura desta lógica dicotômica implicaria desconstruir os próprios polos que a compõem, entendendo que o feminino pode constituir o masculino e vice-versa, “implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido” (*Ibidem*, p. 32).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num cenário em que não se pode abrir mão de ocupar espaços de deliberação sobre políticas públicas, sob pena de amargar as conseqüências de um Estado sob controle total de interesses espúrios de setores fundamentalistas, torna-se urgente posicionar-se na luta por mais políticas e mais direitos de forma mais estratégica. Neste sentido, a análise aqui apresentada adensa-se a um conjunto de esforços que reiteram a necessidade de problematizar a matriz binária e dicotômica utilizada para pensar os gêneros e sua conexão com marcadores da diferença. Acredito que os aportes aqui utilizados podem ser um grande auxílio a uma análise que, para além de criticar o não cumprimento de direitos, problematize os parâmetros que associam a banalização do seu não cumprimento à naturalização das assimetrias entre os gêneros, e a forma como se articula com outros marcadores sociais.

ABSTRACT:

This study analyzes how an understanding of gender differences and connections with markers of race and sexuality have an impact on the naturalization of violence against women. Thinking about the effectiveness of public policies for women and the actual placement of the Social Assistance Policy in this context. So, we use was made of the theoretical test as writing methodology and to support the theoretical approaches. From a rescue of social concepts and historically constructed about the social roles that each individual occupies in the social hierarchy, we observed that throughout the history of mankind, markers the race and gender always permeated the way they are conducted relations power. Based on these assumptions medicine of eighteenth century, formula the concepts of race and gender permeated by a european standard of normality, that polarizes in one side, white men as superior race and another side, women and black as abject beings to society. This pattern prevails in disciplinary societies, overseeing and leading individuals, the way they interact and conduct their lives since the fertilization process to mortality rates, through the daily practices of education, health, hygiene, etc. Through an approach to biopolitics and disciplinary measures, it was possible to assess the social assistance policy as institutionalization of these mechanisms, contributing to the surveillance and control of social mass

Keywords: Social Assistance. Genre. Markers. Difference. Dichotomy. Violence against women. CRAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social** – CRAS. Brasília, 2009.

_____. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

_____. **Status do Censo – 2014: Cras Campina Grande PB**. Censo SUAS 2014. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/status_censo_2014/relatorioDetalhado2014.php?p_ibge=2504009&p_equipamento=CRAS>. Acesso em: 16 nov. 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. **Título VIII – Da Ordem Social**. Senado Federal. Biênio 2011/2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Lei nº 8.742, promulgada em 7 de Dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, novembro de 2009.

_____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. Stonewall 40 + o que no Brasil? (Org.). Salvador, EDUFBA, 2011, p. 79-110.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica**. Brasília, 2005

BENTO, B. **A reinvenção do corpo, sexualidade e gênero na experiência transexual.** Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

_____. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro. **Stonewall 40 + o que no Brasil?** (Org.). Salvador, EDUFBA, 2011, p. 79-110. (https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/3/Stonewall%2040_cult9_RI.pdf)

BRAGA, L. L. C. O trabalho de Assistentes Sociais nos CRAS. In: Seminário Nacional - O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS, 2011, Brasília. **Debate Simultâneo.** Brasília: CFESS, 2011. 312 p.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado. Pedagogia da sexualidade.** 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARLOTO, C. M. e MARIANO, S. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. **Revista Sociedade em Debate.** Ucpel. V. 14, n. 2, jul.-dez./2008.

DAMASCENO, J. **Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: O caso da Vênus de Hotentote.** In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

DEBERT, G. G; GREGORI, M. F. Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Hucitec, V. 23, n. 66, fev./2008.

DUQUE, T. **Sexualidade, Abjeção e Direitos Humanos: a experiência LGBT no Brasil atual.** 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008.

FERREIRA, I. S. B. **Relação Estado-sociedade na lei orgânica de assistência social brasileira: redistribuição de poder e colaboração vigiada.** Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-028.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2014.

FOUCAULT. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1988.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e conexões, a partir de Michel Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GRIGORI, F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 66, fevereiro. 2008. (Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p 115-147, março. 2008. (Disponível em: www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=982)

HARAWAY, D. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu (5), 1995, pp 07-41. Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu05.02.pdf>

IBGE. **Tabela: População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade.** Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3175&z=t&o=3&i=P>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

KIRJNER, D. A. P. Entre a Égua de Mikolka e a Vênus Hottentot: Relações de Gênero e Espécie nas criações sociais da vida e da morte. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10. Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2013.

LAROSSA BONDIA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Revista Educação e Realidade**. UFRGS. V. 28, n 2. jul.-dez./2003.

LIMA, F. J. B. S; LIMA. K. N. B. S. A biopolítica como racionalidade do liberalismo: Conexões Foucaultianas. **Polymatheia – Revista de Filosofia**. Editora da Universidade Estadual do Ceará. V. 6, n. 9. 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma Perspectiva pós-estruturalista**. 6 Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

MARANGONI, G. Anos 80, década perdida ou ganha?. **Desafios do desenvolvimento: A revista de informações e debates do IPEA**, São Paulo, ano 9, n. 72, jun. 2012.

MARTINS, A. P. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.15-34.

MELLO, L.; IRINEU, B. **A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil**.111f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em sociologia da Universidade Federal de Goiás. 2009.

MDS. **Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família (Paif)**. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-paif>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

MISKOLCI, R. “Um saber insurgente ao sul do Equador?”. **Revista Periodicus**. Salvador. V. 1, n. 1, mai. – out./2014.

_____. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX**. São Paulo, Anablume, 2012 (Prefácio e capítulo I, 13-70).

PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: As políticas das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**. Universidade Federal de Santa Catarina. V. 20, n. 2, 2012.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**. 1ª edição mai./out. 2014. Disponível em www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/index

PEREIRA, C. de B. **Assistência Social em Territórios Estigmatizados**. Um estudo da atuação da Fundação Leão XIII em Vila Ipiranga, Niterói. 2007. 86f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. 2007.

POUGI, L. G. **Violência de gênero e política de Assistência Social: as necessidades sociais de mulheres em situação de violência.** In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis – MA. 2005.

RAGO, M. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Revista Aulas.** Dossiê Identidades Nacionais, n. 2 – out./nov. 2006.

ROSA, A. R.; TURETA, C.; BRITO, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos nos estudos organizacionais: a contribuição do Construcionismo Social. **Contextos Revista Contemporânea de Economia e Gestão.** Lavras, V.4, n. 1, jan./jun.2006.

RUSSO, G; CISNE, M; BRETAS, T. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina da Assistência Social. **SER Social.** Brasília. V. 10, n. 22, jan./jun. 2008. P. 129-159.

SANDEMBERG, C. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista.** Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Projeto História (16).** São Paulo, fev. de 1998. P. 297-325.

SILVA, T. T. **A produção social da identidade e diferença.** In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Identidade e diferença. Petrópolis, Vozes, 2009, p. 73-102.

STEPAN, N. L. Raça e Gênero: o papel da analogia na ciência. In: **Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro, 1994.

TEIXEIRA, S. M. Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. **Revista de Políticas Públicas.** UFMA. V. 13, n. 2, 2009.

TÓTORA, S. Democracia e sociedade de controle. **Verve,** São Paulo, Nu-Sol, v. 10, out./2006.

_____. Foucault: Biopolítica e Governamentalidade Neoliberal. **Revista de Estudos Universitários.** Universidade de Sorocaba. V. 37, n. 2, dez./2011.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012 Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil.** Brasília: CEBELA, 2012.

_____. **Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil.** Brasília: CEBELA, 2014.